

**Luana Silvy de Lorenzi Tezza Magnin**

Instituto Carlos Chagas - Fundação Oswaldo Cruz

(Curitiba, PR, Brasil)

luanasilvy@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3330-9835>

**José Henrique de Faria**

Universidade Federal Tecnológica do Paraná

(Curitiba, PR, Brasil)

jhfaria@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3971-7992>

**Gustavo Henrique Petean**

Universidade Federal de Goiás

(Goiás, GO, Brasil)

gustah@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1248-6418>

**Avaliação científica e subjetividade: o “artigo-comprimido” como síntese de uma produção científica alienante**

**Subjectivity, Scientific evaluation and the "pill-paper" as a synthesis of an alienating scientific production**

**RESUMO**

Diante das mudanças dos últimos anos no campo da avaliação científica, o objetivo deste artigo é caracterizar os efeitos da relação das atuais políticas de avaliação científica da CAPES e a subjetividade dos pesquisadores públicos em Administração. O estudo qualitativo foi realizado com 13 pesquisadores com alto índice de publicação e os enunciados foram analisados a partir da filosofia da linguagem de Bakhtin. Os resultados apontam para três eixos principais: (i) perda da dimensão coletiva da universidade como instância política de reflexão e decisão; (ii) corrida cega para um fim que não é problematizado; (iii) invisibilidade da intensificação do trabalho e negação de sua relação com os processos de saúde/doença. Esses eixos, em conjunto, expressam o grau de alienação a que chegou o trabalho científico, no qual a publicação da pesquisa segundo um padrão específico torna-se mais meritória que sua própria concepção e desenvolvimento. Constatou-se uma ruptura, um desencontro, entre significado e sentido, que passam a ser ocupados por vozes monológicas – padronizantes – e que aniquilam a pluralidade que constitui, de fato, o fazer científico. Conclui-se que o desejo e o empenho dos pesquisadores em atender aos critérios de avaliação direcionam a produção acadêmica. Nota-se também a redução do exercício da autonomia e da dimensão política e social de reflexão na Academia.

**Palavras-Chave:** estudos críticos da administração; intensificação do trabalho; pesquisador; produtivismo; subjetividade.

**ABSTRACT**

Given the changes that occurred in the field of scientific evaluation within contemporaneity, this article aims to characterize the effects of the relationship between current CAPES scientific evaluation policies and the subjectivity of public researchers in Administration. The qualitative study was conducted with 13 researchers with a high rate of publication and the statements were analyzed based on Bakhtin's philosophy of language. The results point to three main axes: (i) loss of the collective dimension of the university as a political instance for reflection and decision; (ii) blind run to an unproblematic end; (iii) invisibility of the intensification of work and denial of its relationship with health/disease processes. These axes, together, express the degree of alienation that the scientific production reached, where the research publication, according to a specific standard, becomes more meritocratic than its own conception and development. There is a rupture, a mismatch, between signification and significance, which are now occupied by monological voices – standardizing – and which annihilate the plurality that constitutes, in fact, scientific practice. It is concluded that the researchers' desire and effort to meet the evaluation criteria guide academic production. It is also noted the reduction in the exercise of autonomy as well as the political and social dimension of reflection in the Academy.

**Keywords:** critical management studies; work intensification; researcher. productivism; subjectivity

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras

29.075-910, Vitória-ES

gestaoeconexoes@gmail.com

gestaoeconexoes@ccje.ufes.br

<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em

Administração (PPGADM/CCJE/UFES)

Recebido em: 17/09/2020

Aceito em: 12/11/2021

Publicado em: 18/01/2022

## Introdução

A universidade pública é a principal esfera de produção de pesquisas no Brasil. Trata-se de um país em que a participação de empresas no âmbito da pesquisa, desenvolvimento e inovação é mínimo. As universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil, conforme relatório divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>1</sup>.

Nesse campo acadêmico, as exigências são muitas: o pesquisador deve, ao mesmo tempo, realizar suas pesquisas com recursos próprios, comunicá-las por meio da publicação de artigos, livros e capítulos de livros, organizar congressos e seminários, orientar alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, orientar monografias de conclusão de curso de graduação, orientar estágios, ministrar disciplinas, preparar aulas e ocupar-se de todas as atividades ligadas à gestão da universidade (comissões de seleção de professores, alunos, coordenações acadêmicas, reuniões de colegiado, cargos administrativos, entre outros). Quanto mais desenvolvidas as atividades de pesquisa e quanto mais elevada é a avaliação do programa de pós-graduação, maior é o processo de intensificação do trabalho (Dal Rosso, 2008; Dal Rosso & Cardoso, 2015; Faria & Ramos, 2014; Palangana, 2002). As demandas referidas têm sido objeto de debates em fóruns e congressos acadêmicos e associativos com repercussão pública em órgãos de imprensa, como indica Silva (2019) ao discorrer sobre a dinâmica acadêmica.

A avaliação da produção científica do país a partir de critérios objetivos únicos, independentemente da área do conhecimento, das concepções metodológicas e das dimensões epistemológicas, produzem resultados que reforçam esses critérios (Magnin et al., 2020). As estatísticas apontam que na última década o número de publicações por pesquisador no país aumentou significativamente, passando de 0,56% a uma participação de 1,54% da base mundial. O número de publicações dobrou no período, e o Brasil é o 9º país que mais publica no ranking internacional (Goldani et al., 2010). Publicar em um *Journal* bem qualificado significa “entrar para a elite científica” (Lawrence, 2003, tradução nossa). Contudo, as demandas por produtividade e competitividade, geram com frequência intensos problemas de saúde, com ênfase para transtornos mentais, afastamentos e sentimento de improdutividade, entre outros (Pimenta et al., 2021; Pina & Stotz, 2014).

Ademais, ao mesmo tempo em que são incrementadas as publicações, os pesquisadores brasileiros passam a enfrentar um ambiente extremamente competitivo, por vezes hostil, para obter os disputados recursos de pesquisa e os financiamentos de agências de fomento nacionais e internacionais (Freitas, 2018), o que exige pelo menos a manutenção regular dos índices de produtividade e a expansão dos grupos e laboratórios de pesquisa. O financiamento de pesquisas é bastante restrito, sendo que a maior parte dos investimentos em pesquisa no país concentra-se nas universidades públicas, o que incrementa a competitividade interna (Goldani et al., 2010; Meis et al., 2003; Pedrini, 2005). Há um evidente paradoxo, pois a manutenção do financiamento depende exatamente do próprio financiamento.

Neste processo de produção, balizados pelos indicadores de avaliação, muitos pesquisadores não conseguem manter regularidade em seus índices e são descredenciados de programas de pós-graduação. Isto ocorre ao mesmo tempo em que são submetidos a novas formas de avaliação individual, pautadas por número de publicações e fator de impacto (Tourinho & Palha, 2014). O que está em relevo

não é a referência social da pesquisa. A reputação científica é baseada em métricas de publicação científica em periódicos que constituem a base do sistema avaliativo, assumindo-se a premissa de que o impacto da revista garante a importância das descobertas (Moulin et al., 2020).

É neste contexto, de exigência de publicações em periódicos com alto fator de impacto, que se verifica a intensificação do trabalho do pesquisador e a maior pressão produtivista. Tal fato tem sido acompanhada por publicações com maior número de autores: em muitos casos, prevalecem artigos com mais de uma dezena de autores, já tendo sido publicados artigos com uma centena deles (Domingues, 2013). A publicação de trabalhos com vários autores (com variações no nome do primeiro autor e do responsável pelo grupo de pesquisa) e de vários artigos decorrentes de uma mesma pesquisa (os resultados da pesquisa são fatiados em diversos textos) tem repercussão favorável nos indicadores de avaliação, tornando-se uma prática normalizada. Entende-se aqui produtivismo como a ênfase da quantidade sobre a qualidade das publicações, o que induz os sujeitos à adoção de práticas que buscam maximizar os índices de publicação.

Embora seja majoritário o entendimento de que as políticas de avaliação possuem um papel bastante relevante, os critérios de avaliação adotados têm provocado intensos debates acadêmicos, por divergência de posicionamentos ideológicos e concepções sobre qual é, afinal, o papel da universidade em um contexto neoliberal que tem gerado extrema exclusão de minorias (Alcadipani & Rosa, 2010; Tourinho & Palha, 2014; Silva, 2019) e sensível mudança nos critérios subjetivos das avaliações (Moulin et al., 2020).

Diante desse cenário, é objetivo deste artigo caracterizar os efeitos da relação das atuais políticas de avaliação científica da CAPES e a subjetividade dos pesquisadores que atuam em programas de pós-graduação na área de Administração.

O presente estudo organiza-se em mais três partes, além desta introdução. A seção dois apresenta o referencial teórico, com ênfase sobre a avaliação científica e o conceito de subjetividade adotado. A seção três apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, centrados na Filosofia da Linguagem de Bakhtin (2011), cujos principais pressupostos são apresentados no subitem 3.1, tendo em vista os ainda raros Estudos Críticos em Administração que adotam esse referencial, o qual possui, no entanto, largo potencial contributivo para a área.

Na quarta seção são apresentados e discutidos os principais resultados, distribuídos em três grandes eixos de análise (subitens 4.1, 4.2 e 4.3). O subitem 4.4, ao se debruçar sobre o conjunto dos eixos, traz indicativos relevantes sobre a contradição entre a lógica do produtivismo acadêmico e a sua crítica, permitindo a análise de aspectos invisibilizados na relação do pesquisador com seu trabalho. Ainda, aponta para como os pesquisadores sistematicamente reproduzem e validam, por meio do trabalho intensificado, os valores que sustentam tal produtivismo, o que permite caracterizar os efeitos da relação entre a política avaliativa e a subjetividade como sendo de alienação.

Finalmente, os resultados permitem uma contribuição teórica, que é apresentada no subitem 4.5, acerca do denominamos “artigo-comprimido”, em que são evidenciadas as principais características invisibilizadas desta relação de alienação. O estudo é concluído com reflexões que apontam para o desejo e o empenho dos sujeitos em atender aos critérios de avaliação definidos externamente

e para como a produção acadêmica é direcionada por esses critérios, ao mesmo tempo em que se nota a redução do exercício da autonomia e da dimensão política e social de reflexão na Academia.

## Referencial teórico

Esta pesquisa se insere no campo dos Estudos Críticos em Administração, nos quais a dialética e a primazia do real constituem base epistemológica (Faria, 2017; Paes, 2016; Santos, 2017). No âmbito internacional, nos anos 2000, Alvesson e Karreman inovaram ao esclarecer e aprofundar a análise dos discursos nas organizações. Em uma trajetória ligada aos estudos críticos das organizações, uma década mais tarde, os mesmos autores atualizam os argumentos apresentadas no antigo texto (Alvesson & Karreman, 2011).

Alvesson e Einola (2018) discutem mudanças nas configurações do trabalho, tal como o alongamento da jornada em análises centradas nos setores de consultoria e de investimentos, não abarcando a área da pesquisa científica. Em outros textos, evidencia-se a preocupação primeira com as instituições (Guntner & Kauffeld, 2021; Guthey, Ferry, & Remke, 2021). No setor educacional, Benini et al., (2020) expõem as relações de trabalho e suas implicações, tais como a precarização e a alienação do trabalho docente.

Ainda que o artigo aborde a avaliação científica, é mister apreender que ela se insere em um contexto mais amplo de impacto ao sujeito pesquisador, tanto em sua produtividade, quanto em sua subjetividade (Magnin, 2020). Este texto não pretende, portanto, esmiuçar os detalhes da política pública de avaliação científica na área de Administração, que inclusive passou por reforma recente, passando a adotar nova pontuação para a publicação qualificada dos docentes (Governo Brasileiro, 2021). Busca, ao contrário, caracterizar os efeitos da relação entre a política de avaliação e a subjetividade dos pesquisadores em Administração que mais publicaram em quadriênios anteriores, como será expresso no tópico a seguir. Nesse sentido, a análise proposta produz ênfase sobre as relações (simultaneamente objetivas e subjetivas) que permeiam e constituem as instituições, produzindo sentidos sobre suas práticas, agregando, portanto, contribuições aos recentes estudos críticos em Administração.

## Avaliação científica

Até o início do sec. XX a avaliação do cientista era assunto de pouco interesse. A partir da segunda guerra é que o desempenho dos cientistas passou a ser objeto de discussão, haja vista sua participação em projetos que poderiam desenvolver artefatos de guerra, possível diferencial nas intensas disputas armadas (Pedrini, 2005). Como o que fazia um cientista passou a interessar a determinados “grupos sociais” (classes, frações de classes, dirigentes governamentais, organizações, etc.) o controle de seu trabalho torna-se objeto de interesse.

A avaliação do cientista, de sua reputação e do potencial de seus projetos de pesquisa está intimamente ligada não aos impactos sociais, mas aos critérios do que se considera ser os objetivos da ciência em determinado contexto. São estes os critérios do processo de avaliação do cientista e que possuem implicações claras e

bastante objetivas em sua carreira: financiamento das pesquisas, suporte financeiro da Instituição, credenciamento como docente permanente em programas de pós-graduação, auxílio para a participação em eventos nacionais e internacionais, auxílios para traduções e publicações em periódicos pagos, concessão de espaços físicos para grupos de pesquisa e laboratórios, garantia de emprego (quando o pesquisador não tem estabilidade), entre outras.

Ademais, esses critérios também influenciam na promoção dos cientistas, que é, conforme sugere Dourado (2019), sempre baseada em algum tipo de avaliação. Contudo, tais critérios extrapolam as avaliações dos docentes da pós-graduação e passam a se tornar indicadores gerais da avaliação docente, colocando à margem atividades de ensino na graduação e em projetos de extensão.

Este fenômeno reforça a observação de Pedrini (2005, p. 3), que chama a atenção para o fato de que “a avaliação de desempenho científico, no Brasil, foi e tem sido pouco estudada como problema de pesquisa”, sendo que muitos trabalhos constituem-se como ensaios e pontos de vista isolados de estudos empíricos. Ainda, a pesquisa reafirma o caráter histórico do fenômeno estudado, produzindo estranhamento para o fato de a produção científica de um país estar submetida a políticas fortemente utilitárias e simbólicas (o periódico em que o trabalho é publicado é mais relevante que o impacto social da pesquisa), regulamentadas segundo procedimentos instrumentais e formais.

De fato, o parecer CFE nº 977/65, emitido pelo Conselho Federal de Educação, foi um importante marco regulador da pós-graduação no Brasil. Por meio dele, reconheceu-se que os cursos de pós-graduação ofertados no País eram muito restritos, e que seria necessária uma política de indução. As políticas de expansão e regulamentação da pós-graduação brasileira justificaram-se justamente no reconhecimento da pesquisa como campo que possibilita o desenvolvimento nacional. No entanto, o cenário de pesquisa no Brasil alterou-se significativamente nos últimos anos (Bianchetti & Valle, 2014; Freitas, 2018; Kuenzer & Moraes, 2005; Sguissardi & Silva, 2009). Dentre as principais mudanças, destacam-se:

(i) redução do tempo para conclusão das dissertações e teses (dois e quatro anos, respectivamente). Uma das decorrências desse aligeiramento refletiu-se na qualidade das pesquisas realizadas nesse nível de ensino;

(ii) submissão de todas as áreas do conhecimento, independentemente da proposta metodológica e epistemológica de cada uma delas e de todo o país, a um mesmo padrão de avaliação, apesar da heterogeneidade que caracteriza as diferentes regiões de um país com as dimensões continentais como o Brasil;

(iii) transformação dos cursos em Programas, na busca de garantir uma maior organicidade entre o mestrado e o doutorado, bem como a melhoria da vinculação entre a graduação e a pós-graduação

(iv) submissão do financiamento à avaliação, com previsão de recompensas ou punições em termos do número de bolsas e do valor das taxas de auxílio, descaracterizando o próprio conceito de avaliação;

(v) mudança nos objetivos da CAPES: da formação de professores para o ensino superior à formação de pesquisadores. O sistema CAPES de avaliação provocou uma mudança paradigmática na PG brasileira.

Atualmente existe grande pluralidade de critérios e indicadores de avaliação, mensuração e qualificação de trabalhos e desempenho individual disponíveis na literatura. A necessidade de avaliação para os mais diversos tipos de trabalho, como já enunciado, é entendimento majoritário. Mas, quais os efeitos de determinada política avaliativa adotada?

O processo avaliativo não afere apenas o resultado final de um trabalho de pesquisa, mas induz práticas específicas, como, por exemplo, tipo de pesquisa (em que emerge a imposição epistemológica e a primazia da técnica) e de publicação (com modelos que se tornam inclusive objetos de cursos de formação de publishers), forma de escrita (um tipo de lógica funcional-positivista) e tempo de submissão (regulado pelo produtivismo). A prática avaliativa adotada não é mero instrumento de mensuração de resultados, mas torna-se balizadora do próprio processo de trabalho do pesquisador (Hanafi, 2011).

As práticas de avaliação de desempenho são formas de controle do trabalhador, do processo e resultados do trabalho (Faria, 2004). A mesma reflexão pode ser feita em relação ao pesquisador: na medida em que são estipulados critérios de avaliação, o pesquisador tende a dar ênfase para a execução das tarefas que serão efetivamente avaliadas (publicação), por vezes em detrimento de outros tipos de tarefas menos valorizadas no ambiente acadêmico, como o ensino e a extensão. Portanto, a política de avaliação dos docentes-pesquisadores não é neutra e arbitrária, comprometida apenas com objetivos definidos e explícitos, mas reflete e retrata o posicionamento ideológico de seus idealizadores, e é produtora de modos específicos e determinados de ser e existir enquanto pesquisador. Esses modos de subjetivação prescritos no texto de uma política pública atuam na forma como o trabalhador significa sua existência - como age, posiciona-se, manifesta-se e/ou se silencia -, dentro e fora das universidades. A avaliação de desempenho não é neutra, pois induz práticas que tendem a reificar o status quo, ou seja, as vozes monológicas de dado contexto histórico (Magnin et al., 2020).

## Subjetividade

Haja vista a complexidade e as diversas interpretações possíveis para o conceito de subjetividade no campo da Psicologia, cabe situar qual o conceito adotado nesta pesquisa. Para a filosofia da linguagem e para a Psicologia Histórico-Cultural, há uma compreensão comum:

o entendimento da subjetividade como sendo, simultaneamente, produzida por e (re)produtora de relações históricas, sociais e simbólicas; ou seja, como produto de processos educativos (formativos) datados e situados em uma trama complexa, cujas especificidades configuram processos sociais contraditórios que, assim, determinam e/ou recompõem processos objetivos e subjetivos de assujeitamento-resistência ou, em outras palavras, de alienação-emancipação (Pan et al., 2011, p. 01)

Esse entendimento considera a dependência das subjetividades a uma época, social e histórica, situando o sujeito concreto, sem no entanto determiná-lo. Ao mesmo tempo em que a subjetividade (re)produz as relações históricas, sociais e simbólicas, é por elas produzida, em uma relação dialética e inesgotável (Magnin, 2020).

Neste artigo, especificamente, trataremos das relações produzidas entre a política de avaliação e as subjetividades, ou seja, será caracterizada e evidenciada a forma como os sujeitos pesquisadores se posicionam em relação à política, tanto no sentido de reproduzi-la e acatá-la, quanto de contestá-la criticamente em alguns de seus aspectos, posicionamentos esses não excludentes, já que tanto o endosso quanto a crítica não coincidem com a totalidade do que se caracteriza como a política de avaliação.

Ressalta-se que o conceito de subjetividade refere-se ao que é condição dos sujeitos. Nesse sentido, não cabe contrapor a subjetividade à objetividade, em uma visão simplista, já que o próprio sujeito é ele mesmo síntese de múltiplas determinações, objetivas e subjetivas, e permeado pela linguagem, com todos os seus aspectos simbólicos (Magnin, 2020).

### Procedimentos metodológicos da pesquisa: sujeitos e os critérios de análise

Foram convidados a participar desta pesquisa os docentes vinculados aos programas de pós-graduação de universidades públicas<sup>2</sup> que mais publicaram na área de Administração no período de 2015 a 2017 (último ciclo de avaliação disponível na fase de coleta de dados). Esses pesquisadores foram selecionados dentre um universo de 219 docentes vinculados aos programas de pós-graduação com notas 5, 6 ou 7 – UFBA, UFLA, UFPR, UFRGS, UFRJ, UNB e USP – a partir do atendimento simultâneo aos seguintes critérios: (a) mínimo de 13 artigos publicados nos anos 2015-2017; (b) mínimo de 6 artigos publicados em algum desses anos (2015, 2016 ou 2017)<sup>3</sup>. Os requisitos foram averiguados em consulta à plataforma Lattes. Dos 219 pesquisadores, 29 cumpriam os requisitos, ou seja, 13,24%. Dos 29 docentes convidados a participar da pesquisa, 13 deles (45%) o fizeram, sendo sete do sexo masculino e seis do sexo feminino.

Quando caracterizados quanto ao seu vínculo institucional, dois participantes provêm da UFPR, um da UFRGS, dois da UFRJ, cinco da UNB e três da USP. Os treze entrevistados declararam-se casados e apenas dois deles afirmaram não ter filhos. Possuem idade média de 51,5 anos e as idades declaradas oscilam entre 34 e 68 anos. Dentre os entrevistados, o que possui menor tempo de experiência docente ingressou na carreira docente em 2011, enquanto os demais possuem 10 anos ou mais de magistério. Seis pesquisadores recebiam bolsa produtividade, sendo dois de nível um (1A e 1D) e quatro nível dois.

Foram conduzidas entrevistas dialogadas com duração média de uma hora (de 40 a 80 minutos), ao longo do primeiro semestre de 2018. Essas foram gravadas com a devida autorização dos participantes, aos quais foram atribuídos pseudônimos, visando o anonimato. Partiu-se de um roteiro semiestruturado que abordou o posicionamento dos pesquisadores em relação à avaliação científica, os principais objetivos e desafios enfrentados, a carga horária de trabalho e demais aspectos relativos à vivência e organização do trabalho.

Desse modo, os posicionamentos dos pesquisadores em relação aos temas abordados foram lidos como enunciados, conforme entendido pela filosofia de linguagem de Bakhtin (2011). De acordo com essa perspectiva teórica, uma política pode ser lida como a manifestação de relações de poder, produtora de modos de subjetivação (Magnin & Pan, 2015). As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Após, retomou-se os arquivos, evidenciando os enunciados, e propondo a relação entre avaliação e a alienação, como apresentado no item resultados e discussão.

Atentou-se, assim, para os posicionamentos singulares dessas subjetividades em relação aos discursos dominantes; para as contradições que se apresentaram; para os aspectos da avaliação científica e da alienação que estavam silenciados, invisibilizados, trazendo-os de volta à arena discursiva e possibilitando assim a sua problematização crítica, este processo está evidenciado no subtópico a seguir, apresentado a Filosofia da Linguagem de Bakhtin como possibilidade de análise do conteúdo da pesquisa.

## Filosofia de Linguagem de Bakhtin

Bakhtin foi um filósofo russo que em conjunto com um grupo de pensadores da cultura e da linguagem, formavam o círculo de Bakhtin. Sua extensa obra permaneceu pouco conhecida até a sua redescoberta por pesquisadores russos na década de 60. Encontraram em seus escritos uma nova forma de conceber a linguagem. Cabe ressaltar que Bakhtin não escreveu especialmente para áreas específicas como a Psicologia e a Administração.

No entanto, por meio do estudo literário, em especial da obra de Dostoievski, Bakhtin criou importantes conceitos como polifonia, dialogia e gêneros discursivos, que, com a devida contextualização, podem ser transportados e contribuir para o estudo de outros campos. Na área da Psicologia, autoras como Amorim (2002; 2004), Souza e Albuquerque (2012), desenvolveram importantes trabalhos no sentido da apropriação de elementos da filosofia de linguagem de Bakhtin para a psicologia de base histórico-cultural.

Bakhtin se debruçou sobre como pesquisar o “ser expressivo e falante” (2011, p.395), que para ele é o objeto das ciências humanas. Nesses estudos, “se cruzam e se combinam duas consciências: a do eu e a do outro” (2011, p.394). Nesse sentido, a outra consciência, o outro, o ser expressivo e falante, não pode ser “forçado e tolhido” pelo processo de conhecer ou pesquisar.

Bakhtin (2011) problematiza ainda a questão da compreensão e do desdobramento da compreensão em atos particulares. Divide a compreensão em quatro atos, ao mesmo tempo em que ressalva que “na compreensão efetiva, real e concreta, eles se fundem indissolúvelmente em um processo único de compreensão” (2011, p.398). São eles:

- 1) A percepção psicofisiológica do signo (palavra, cor, forma espacial);
- 2) Seu reconhecimento (como conteúdo ou desconhecido). A compreensão de seu significado reprodutível (geral) da língua
- 3) A compreensão de seu significado em um dado contexto (mais próximo e mais distante);
- 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e universalidade.

A pesquisa que parte da filosofia de linguagem de Bakhtin pode abranger o estudo documental (que Bakhtin denomina gênero secundário), assim como rodas de conversa, entrevistas dialogadas, entre outras formas de entrar em contato com o outro de forma primária (gênero primário).

Abaixo apontamos algumas perguntas que podem servir de reflexão inicial para o pesquisador problematizar o seu campo:

- a) Quem são os outros/ os sujeitos de pesquisa?
- b) Qual o contexto histórico-social-espacial-temporal?
- c) O quanto suas vozes são ouvidas ou silenciadas nesse contexto?
- d) A quem eles respondem/ se antecipam?
- e) Quais os principais conflitos que se fazem ouvir na arena discursiva?
- f) Quais os pontos de referência adotados pelos sujeitos da pesquisa?

Em específico nesta pesquisa, optou-se pela análise bakhtiniana, pois a linguagem é o campo privilegiado para a manifestação da ideologia; todo enunciado é ideológico, posicionado, interessado. Cada enunciação reflete e refrata os demais enunciados, respondendo ao que foi dito e antecipando-se a enunciados futuros.

Contudo, a opção pela filosofia da linguagem de Bakhtin como metodologia de análise, faz refletir sobre a postura ética em relação ao outro, ou seja, aos sujeitos da pesquisa. Como trazer ao texto o que foi vivenciado em um encontro de duas ou mais consciências situado historicamente, temporalmente e espacialmente? Ou seja, como situar o cronotopo, como inserir o contexto dialógico, sem forçar e tolher esse outro da pesquisa, transfigurando-o em objeto sem voz?

Um dos caminhos que apontamos é que o texto, ainda que científico, fruto de uma pesquisa, deve permanecer polifônico. O leitor deve ser capaz de ouvir as vozes do sujeito de pesquisa. Nesse sentido, a figura do autor deixa de ser a do relator-antropólogo, que descreve minuciosamente esse outro estrangeiro, com detalhes e fidelidade – pois essa imagem deixa de fazer sentido ao se constatar que o outro é um porvir, um ser também inacabado, em construção, cujo acabamento é sempre provisório. Passa-se assim a figuras do autor-criador, esse que, a partir do encontro de duas consciências, pode recriar a cena, o contexto, os diálogos, os posicionamentos, apoiando-se em uma dimensão ética-estética que é central para a pesquisa de base bakhtiniana.

A forma de produzir conhecimento em Bakhtin incorpora a cultura e as criações humanas ao mundo natural. Nesse sentido, compreende-se a realidade histórica em sua constante transformação e repleta de contradições, de forma que “a subjetividade não se torna autônoma em relação à sociedade e tampouco é submissa às suas estruturas” (Magnin, 2020, p. 42). Também as reflexões em relação à ideologia perpassam por essa concepção dialética. Assim, o entendimento de ideologia do Círculo de Bakhtin vai além da compreensão como falsa consciência ou mascaramento da realidade.

Nessa concepção, todos os produtos da cultura imaterial são ideológicos, ou seja, possuem significado, constituem-se como signos, de modo que o universo da criação ideológica possui natureza semiótica, o que permite se falar em uma virada linguística (Faraco, 2009). Para Volóchinov (2017), um dos principais pensadores do Círculo de Bakhtin, a ideologia pode ser entendida como os reflexos ou as interpretações da realidade social e natural realizadas pelo cérebro humano. Assim, abrange todas as manifestações humanas, como a filosofia, a arte, a política, a ética e inclusive a ciência.

Desse modo, ao pesquisador cabe assumir o seu posicionamento diante de seus outros, de seus sujeitos de pesquisa, e mantê-los como sujeitos, inclusive (ou especialmente) durante a fase da criação científica, amparados e conduzidos pela ética do pesquisar com, por um posicionamento aberto e que permita que outras

vozes possam povoar o texto, sem torna-lo monológico ao se assumir uma única voz (a do autor) que quer se fazer a única no texto científico. Nesse sentido, a compreensão do pesquisador deve ser sempre ativa e dialógica, como ver-se-á nos resultados e discussão a seguir.

## Resultados e discussão

Com o objetivo de caracterizar os efeitos da relação das atuais políticas de avaliação científica da CAPES e a subjetividade dos pesquisadores, os resultados obtidos com as entrevistas dialogadas foram didaticamente segmentados em três grandes eixos de análise, os quais serão apresentados a seguir nos subtópicos 4.1, 4.2 e 4.3. No subtópico 4.4 é apresentado a tabela-síntese com estes resultados e se conduz uma reflexão sobre o que os eixos significam, ao serem analisados globalmente, em relação às políticas de avaliação e subjetividade. O item 4.5 aprofunda essa questão ao discutir as características alienantes presentes no trabalho do pesquisador e em especial no objeto que sintetiza o que se apresenta como o principal objetivo dos pesquisadores: a publicação, nomeada aqui como “artigo-comprimido”, por meio de um exercício que transpõe características do produto farmacológico ao produto científico.

### Perda da dimensão coletiva da universidade como instância política de reflexão e decisão

Observa-se a dimensão do isolamento no trabalho do pesquisador, em que se perde a dimensão coletiva de mobilização (Freitas, 2018), priorizando-se o desenvolvimento de pesquisas individuais ou de pequenos grupos. As outras atividades acadêmicas aparecem como empecilho à exemplo as reuniões organizacionais são taxadas como “perda de tempo” na fala de diversos pesquisadores, que julgam a dedicação individual à pesquisa como incomparavelmente mais produtiva. Outro aspecto minimizado é a gestão universitária. A gestão da universidade é desvalorizada – em seus diversos âmbitos – assim como as funções administrativas, ainda que fundamentais para que o funcionamento da instituição “universidade”.

Verificou-se, assim, que os pesquisadores têm vivenciado os processos de trabalho de maneira fortemente individualizada. Constatou-se, também, que alguns aspectos da organização do trabalho docente são percebidos, enquanto outros permanecem ocultos ao pesquisador. Por exemplo, é comum o pesquisador se referir à autonomia como um aspecto positivo de seu trabalho, que lhe permite organizar seu dia da maneira que mais convier, enquanto ao mesmo tempo não reflete sobre a intensificação de sua jornada. A autonomia e a flexibilidade, portanto, são aspectos valorizados em si mesmos, sem que se estabeleça qualquer relação com seus efeitos:

*A gente tem flexibilidade. Eu posso escolher até trabalhar fim de semana, mas duas manhãs por semana eu vou fazer yoga... esse gerenciamento do tempo, em que horário você quer dar aula, em que horário você não quer dar aula, ele é bom, ele sempre me serviu (Alice, 59 anos).*

Quando se considera o conjunto dos enunciados, entretanto, fica evidente que a autonomia é apenas superficial, já que o pesquisador está submetido a um

conjunto de demandas dos mais variados tipos, em que as quarenta horas de dedicação exclusiva raramente são suficientes, a despeito dessa intensificação, o item 4.3, traz novos elementos. Dal Rosso e Cardoso (2015) alertam que o trabalho, como é o caso do trabalho do pesquisador, cuja atividade exige fortemente o componente intelectual/afetivo, é muito afetado pelas práticas intensificadoras, gerando efeitos nocivos sobre o trabalhador e sua saúde. O trabalho ocupa a pessoa fazendo uso de toda sua subjetividade: inteligência, capacidade de criação, análise, lógica, afetividade, experiências prévias, habilidades aprendidas, entre outros.

Da mesma forma, a flexibilidade está a serviço da organização dos dias de trabalho da maneira mais produtiva possível, induzindo a produção também em dias não úteis. Com a utilização de computadores, celulares e outros tantos meios de conectividade, o tempo de trabalho invade tempos de não trabalho, tornando-se pouco nítidas essas divisões (Faria & Ramos, 2014).

Ainda que a autonomia e a flexibilidade estejam de fato presentes na carreira do docente pesquisador, os mesmos costumam considerar apenas o aspecto percebido como agradável, não problematizando o fenômeno em sua totalidade, em todas as suas implicações, ignorando os problemas de saúde decorrentes da intensificação deste tipo de trabalho (Palangana, 2002).

Da mesma forma, quando os pesquisadores alegam “perda de tempo” na dedicação à resolução de problemas administrativos e de gestão da universidade, seja por meio de reuniões departamentais, colegiados do programa ou por meio de comissões criadas conforme a necessidade, raramente notam que essas são demandas que não podem ser suprimidas, ainda que concorram com a “produção”, essa reduzida à sua dimensão de comunicação de pesquisa. Ou seja, ao invés de considerá-las tão importantes quanto a escrita de artigos, e então questionar a alta exigência por publicações, faz-se o contrário: critica-se e nega-se a relevância da esfera coletiva de decisão da universidade, evitando-se esse trabalho considerado pouco útil e supervalorizando-se a produção individual.

Mas, por que isso acontece com tanta frequência? Porque é justamente com base na produção de artigos que o pesquisador é avaliado e julgado como “competente” ou “incompetente”. Ou seja, o pesquisador busca dedicar-se ao máximo à execução das tarefas pelas quais ele é de fato avaliado. A métrica torna-se objetivo, meta, etc. Este fato se evidencia no próximo subtópico.

### Corrida cega para um fim que não é problematizado.

Outro aspecto da alienação do trabalhador/pesquisador diz respeito à corrida pela avaliação dos programas de pós-graduação, as quais não possuem um objetivo claro; busca-se aumentar a nota de avaliação, e pouco se discute sobre as implicações, ou as motivações, ou o preço que se paga para tal “corrida”; nela, colegas pesquisadores de um mesmo programa de pós-graduação são vistos como “concorrentes” e pontuações oriundas de publicações são contabilizadas a título de comparação de desempenho. Para que, e a que custo, aumentar a nota do programa? Essas são questões silenciadas frente ao imperativo “como publicar mais, mais rápido, e melhor?”. A esse respeito, um dos professores comenta sobre a falta de reflexão sobre o que tem ocorrido na academia:

*A gente vai absorvendo tudo isso que o sistema impôs meio que sem refletir. Talvez até pelo turbilhão de coisas para fazer, a gente não parou para refletir. E aí o professor muito apaixonado por natureza, por vocação*

*ou o que quer que seja, ele acaba absorvendo e tocando o barco (Clarice, 49 anos).*

Assim, fica claro o quanto uma determinada forma de avaliação imposta altera toda a maneira de organização e de vivência do trabalho, ainda que se trate de um trabalho intelectual, que envolve criação, criatividade, romper com o imediato, problematizar teorias, ou seja, mesmo o trabalho intelectual (ou justamente esse), é fortemente afetado pela forma como é avaliado, pela vivência objetiva e subjetiva do julgamento externo. Uma avaliação centrada em quantidade induz comunicações científicas múltiplas, mas não necessariamente suficientemente aprofundadas. Da mesma forma, induz a uma concorrência irracional entre os pares, que não se veem como colegas que fazem parte de um grupo com interesses comuns, mas como competidores.

A autonomia é fortemente controlada, ainda que invisível aos olhos do pesquisador. A autonomia é relativa apenas no sentido formal da organização dos próprios processos de trabalho, mas não é exercida na escolha dos resultados; na elaboração de uma forma de avaliação que reflita de fato o compromisso da universidade pública, que valorize o ensino; na formação do aluno; no envolvimento da comunidade, na qualidade das aulas, na profundidade dos questionamentos e problematizações. Assim, a autonomia parece ser antes uma percepção agradável e superficial à qual o pesquisador se agarra para enfrentar as múltiplas cobranças do que de fato uma experiência de “governar-se pelos próprios meios”.

Os fatores exógenos e influências subjucantes e coercitivas estão bastante presentes na universidade pública, especialmente na pós-graduação, sendo a avaliação a mais representativa delas. Tais aspectos dirimem a autonomia docente como uma das características do trabalho do pesquisador, que se apresenta não como condição de autonormação, mas como uma dimensão por vezes ficcional, que permeia o imaginário do pesquisador.

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure, em seu Art. 207, que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” e que devem obedecer “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988), tal preceito não corresponde exatamente à autonomia dos docentes quando estes são avaliados por critérios externos: os pesquisadores não necessariamente pesquisam e publicam “o que” e “onde” consideram relevantes suas investigações, mas o que e onde estas se refletem em pontuação segundo parâmetros definidos de forma heterônoma. Esta corrida cega estabelecida contra um sujeito oculto, apresenta reflexos na saúde do trabalhador e explicita o processo de intensificação, como abordado a seguir.

### **Invisibilidade da intensificação do trabalho e negação de sua relação com os processos de saúde/doença**

Problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho, ainda que muito comuns, são tratados de maneira individual, sendo que frequentemente os próprios pesquisadores não os julgam como decorrentes do trabalho, atribuindo-se antes ao próprio estilo de vida, à falta de prática de exercícios físicos, entre outros (Pimenta et al., 2021). Ou seja, a intensificação do trabalho do pesquisador não parece estar sendo concretamente considerada, ainda que se sintam seus efeitos (cansaço extremo, fadiga, stress, ansiedade, depressão...) (Pina & Stotz, 2014).

A intensificação do trabalho deve ser destacada, sendo que a grande maioria dos pesquisadores supera as 40 horas semanais contratadas de dedicação ao trabalho. Para eles, também a extensão do trabalho para fins de semana e feriados é considerada “normal”, como fazendo parte da carreira do pesquisador. Muitos não souberam precisar o número exato de horas dedicadas ao trabalho, mas têm clareza de que vai além da jornada contratada. Algumas ilustrações mostram o quanto o trabalho exercido pelo pesquisador é desprovido de limite de carga horária e o quanto isso é visto com naturalidade, não como exceção:

*Varia bastante. Eu geralmente estou aqui, venho mais tarde um pouco e fico até de noite. Hoje mesmo dou aula até 23h. Quando tem que ler uma tese, a gente faz, fica fim de semana lendo, isso é normal, a gente já está acostumado, faz isso. Eu não saberia dizer quantas horas eu trabalho. (João Gustavo, 68 anos).*

A assiduidade com que se trabalha aos fins de semana parece naturalizar o exercício do trabalho para além das horas contratadas. Em certa medida, os pesquisadores parecem se conformar com a carga de trabalho, que exige com muita frequência mais horas de dedicação. O pesquisador Vinícius, por exemplo, costuma agendar reuniões com os alunos aos sábados:

*Trabalho a semana inteira das 8h às 18h direto. E fim de semana me reúno com os alunos de 15 em 15 dias, aos sábados, para discutir os projetos. Dou aula e fico pesquisando (Vinícius, 34 anos).*

*Continuo trabalhando fim de semana sim, mas não fico o dia inteiro... procuro não ter emergências. Às vezes você não consegue, vem aquele editor que estava com o seu paper há um ano e meio e diz que você tem que fazer a revisão em quinze dias. (Mário Felipe, 59 anos).*

Conforme se verifica, os curtos prazos exigidos para a revisão de artigos são apontados também como um fator de desgaste e que muitas vezes forçam o pesquisador a trabalhar em fins de semana e feriados. Clarice inclusive questiona sobre o que faz com que ela mesma tenha passado anos sem desfrutar de atividades de lazer, sequer aos fins de semana. Fala sobre seu impulso de fazer, “querer concluir”, e verifica que os afazeres acadêmicos não têm fim, já que sempre surgem novas demandas:

*Não tem um final de semana que eu não trabalhei, se não inteiro, pelo menos um dia (...) essa coisa de você querer concluir, de você querer fazer, de onde que vem isto? (Clarice, 49 anos).*

Da mesma forma, a pesquisadora Mariana explica que se ela quer “cumprir direito” as atividades assumidas, precisa se dedicar mais horas ao trabalho. Justifica seu empenho por meio do que denomina “reciprocidade”, o que faz com que ela arrume tempo para ler, por exemplo, o material referente às bancas para as quais ela é convidada a participar como avaliadora, mesmo que isso implique em “acabar com o fim de semana”:

*Você acaba se envolvendo em uma série de atividades e ou você faz ou você não faz, ou cumpre direito ou não cumpre, e só nessas 2 semanas vou ter umas 5, 6 bancas. Porque afinal eu também chamo professor (...). É uma coisa de reciprocidade. (Mariana, 61 anos).*

Juliano e Alice também afirmam que seus turnos de trabalho são muito estendidos, mesmo em dias de semana, chegando a durar 12 horas diárias. A forma como o trabalho do pesquisador invade os fins de semana é muito clara na fala dos entrevistados, que costumam trabalhar para além das 40 horas estabelecidas no contrato de trabalho do servidor. Será que isso torna-se regra, quando o pesquisador possui como meta ter altos índices de publicação? Em outras palavras, será que é possível ser um pesquisador de destaque na área sem que se trabalhe além das horas contratadas? Os resultados apontam que os pesquisadores com quem dialogamos não medem esforços para cumprir suas tarefas, mesmo que isso implique em trabalhar em dias não úteis e em horários muito estendidos. Diversos são os pesquisadores que trabalham nos turnos da manhã, tarde e noite, sem interrupções:

*Não tenho horário para trabalhar, exceto nas madrugadas. Isso inclui fins de semana, como estou fazendo nesse momento. Depende mais do volume de atividades, as atividades são múltiplas. Na realidade, eu nem penso em quantas horas são trabalhadas, mas certamente são bem mais do que as 44 horas semanais convencionadas como normal (Lucas, 61 anos).*

Percebe-se ainda que, quando se tem filhos pequenos, as mulheres, principalmente, procuram controlar um pouco mais a extensão da jornada, tendo em vista a necessidade de equilibrar demandas entre trabalho e família. Pesquisadores homens chegam a afirmar que não adiantaria reduzir os horários de trabalho, pois a esposa trabalha também bastante e os filhos ficam na creche. Ou seja, nem todos os pesquisadores homens cogitam a possibilidade de ficar meio período sozinhos com os filhos, embora essa tenha sido a escolha de um dos entrevistados. Uma vez que os filhos já estão maiores, os pesquisadores tendem a se dedicar ainda mais horas ao trabalho, para além da jornada contratada.

Cabe destacar como a reciprocidade e inclusive a noção da academia como uma comunidade colaborativa acabam servindo de justificativa para a exploração em conjunto – ainda que não se trate de uma exigência proposital, mas de práticas pouco refletidas. Ou seja, se estamos todos sobrecarregados, o que podemos fazer para aliviar a nossa carga, para, então, desenvolver um trabalho de qualidade, com foco e aprofundamento? Esse não é o tipo de questão que o pesquisador considerado produtivo parece problematizar, com algumas exceções:

*(...) quem trabalha numa pós-graduação que tem que fazer pesquisa, que tem que fazer trabalho administrativo, que tem que dar muita aula, que tem que orientar muitos alunos, às vezes a gente tem um estoque de orientação muito grande, eu já cheguei a ter 6, 7 alunos de doutorado, é uma loucura isso, eu não quero mais, foi uma tentativa de ajudar a instituição, a pesquisa, mas não dá, sobrecarrega, é muito tema, e você não faz o trabalho como você quer. (Alice, 59 anos).*

No caso, a pesquisadora se depara que o excesso de “colaboração”, no que se refere ao número de orientandos, acaba interferindo na qualidade do trabalho apresentado. Mas o pensamento que predomina é justamente o inverso: já que um pesquisador precisa de outro, que também está sobrecarregado, também aceita convites que exigem mais, para além do trabalho regular já intensificado. Cria-se um tipo de comprometimento solidário por dever de ofício. Apesar de parecer contraditório ao ponto 4.1, verifica-se os pequenos grupos de iguais, voltados a publicação, como positivos. Enquanto, o dedicar ao trabalho coletivo necessário e apresentado no item 4.1 é considerado negativo, ou, “perda de tempo”.

A face da intensificação do trabalho visível passa a ser argumento para o pesquisador aceitar a maior intensificação do trabalho. As condições perniciosas do trabalho não são questionadas em si mesmas. Ao contrário, tornam-se combustível de resignação, induzindo o trabalhador a aceitar uma sobrecarga ainda maior, pois, afinal, ele também precisa que outros pesquisadores aceitem seus convites para atividades de trabalho.

Os pesquisadores em geral criticam o fato de que inúmeras vezes seus artigos não são publicados, pois perdem o prazo de validade diante da demora na avaliação das revistas. O que se evidencia, aqui, é um paradoxo. Ao mesmo tempo em que demonstram inconformismo com a demora em suas publicações e com a necessidade de agilidade nas avaliações, apontam para a sobrecarga de trabalho. Há visibilidade e consciência da demora da avaliação dos artigos, contudo, não os relaciona a sobrecarga de trabalho e ao mecanismo de avaliação. Como se prioriza a publicação, assim, se produz mais, envia-se mais artigos – alguns aquém da qualidade necessária – se tem mais revisões, mais avaliações de artigos etc. O crescimento da demanda, faz com que o processo para a publicação fique lento e gere mais trabalho, por vezes de sobreaviso, como dito pelos pesquisados.

A dependência da colaboração do colega (seja interna ao grupo de pesquisa ou para a avaliação de um trabalho) torna-se um ciclo que se retroalimenta – não no sentido da autonomia do trabalhador, do questionamento das condições de trabalho – no sentido da própria naturalização e aceitação dessas condições. Por não ser clara até onde vai a extensão do trabalho do pesquisador, a todo tempo novas tarefas são incorporadas, para além da rotina fixa de aulas e cursos que o professor assume. Essa flexibilidade é apontada por um dos entrevistados como necessária:

*Eu prefiro é ter uma espécie de meta flexível, que se adapte à vida na forma que ela vem, e com dedicação frequente e não espasmódica ao trabalho de pesquisa (Mário Felipe, 59 anos).*

Observa-se certa prontidão do pesquisador em aceitar “trabalhos voluntários”, justamente pela falta de clareza dos seus limites de atuação, de seus horários e local de trabalho – todo horário e local são espaços de produção -, o que se acentua pela visão colaborativa, que acaba servindo a interesses contrários aos dos próprios pesquisadores. Trata-se de uma colaboração que serve por vezes a interesses externos aos de aprofundamento e refinamento das pesquisas e reflexões, que exigem tempo de maturação, dedicação e, portanto, menor número de tarefas assumidas. Isso é problematizado por um dos sujeitos, que reflete sobre o caráter voluntário do trabalho de editor e revisor, em um contexto de demandas intensificadas de trabalho:

*A gente tem uma parceria (revista científica) [em que a função de editor] passa de colega para colega e é um trabalho voluntário. Como é que você*

*fica com tanto trabalho se ao mesmo tempo você é cobrado para publicar? (Alice, 59 anos).*

Pesquisadores também afirmaram deixar de desfrutar das férias por conta de necessidade de ler e corrigir trabalhos dos orientandos, como teses e dissertações, em função da dificuldade de os alunos cumprirem os prazos estabelecidos pela Capes e pelos programas. Por vezes consideram que a tese não está suficientemente madura, mas o aluno precisa defender, especialmente porque o atraso em uma defesa levaria à menor pontuação do programa.

Os pesquisadores afirmaram ter modificado, ao longo dos anos, inclusive o tempo dedicado ao almoço, com vistas ao incremento da produtividade. O tempo de deslocamento do trabalho até a residência foi também apontado como um tempo que poderia ser reduzido, se o pesquisador levasse a sua marmita para o local de trabalho. Outro aspecto levantado nesse sentido de aumento da produção é a escolha de local mais tranquilo, sem interrupções, para o desenvolvimento do labor:

*Outra coisa importante para mim é trabalhar em casa, não na universidade. Praticamente não uso o escritório da universidade. No "home office" eu me isolo (Mário Felipe, 59 anos).*

Poucos são os pesquisadores que definem claramente os limites de sua jornada, com vistas a reservar tempo para estar com filhos, família, e ainda assim a jornada passa das oito horas diárias. A flexibilidade é apontada como uma característica positiva do trabalho do pesquisador, no entanto, conforme verificado, a maioria dos professores, em função da própria falta de clareza sobre os limites de horário e local de trabalho (ou seja, justamente pela flexibilidade), acaba estendendo a jornada para muito além das oito horas diárias:

*(...) 14-22h, 22:30, varia conforme o dia. De manhã fico com minhas filhas. Flexibilidade. Fim de semana de jeito nenhum! (Henrique, 39 anos).*

No que se refere à priorização do trabalho em relação à família e às atividades de lazer, embora a maioria dos entrevistados afirme que não prioriza o trabalho (por exemplo: *“Não, eu separo muito bem uma coisa da outra. Precisa de uma boa base familiar, não se vive só de trabalho”* - Henrique, 39 anos), os resultados mostram que em geral há certa priorização do trabalho, pelo próprio tempo de dedicação às atividades laborais.

Muitos pesquisadores inclusive veem o próprio trabalho como lazer, não havendo uma diferenciação tão clara, como é o caso de Vinícius e Lucas, para quem é possível “viajar para lazer e continuar trabalhando”:

*Acho que não, essa é uma carreira muito boa, para mim isso não é trabalho, eu faço o que eu gosto, pra mim isso é lazer. Agora realmente, durante a semana a gente acaba se dedicando muito. Por isso que eu falei no fim de semana com os alunos é de 15 em 15 dias porque eu quero me dedicar o resto para minha família, mas a minha esposa trabalha, a minha filha fica na creche, então mesmo que eu não tivesse aqui, era complicado ficar com eles (...) isso pra mim é prazer, ler, estudar, eu acho que eu nasci pra ser estudante profissional, então isso pra mim não é trabalho (Vinícius, 34 anos).*

*Poderia dizer que sim, apesar de isso ser facilitado, pois, minha esposa, não temos filhos, também é acadêmica. Portanto, podemos, por exemplo, viajar para lazer e continuar trabalhando pois ela exerce a mesma atividade (Lucas, 61 anos).*

Haja vista a invasão do trabalho nos períodos da noite e fins de semana, percebe-se que o trabalho do pesquisador acaba sendo priorizado frente a outras esferas, como a família e o lazer, ainda que o pesquisador por vezes tente estabelecer horários para apenas estar com a família e se desligar um pouco das exigências da carreira. Tal lógica não se limita ao universo dos pesquisadores, mas propaga-se aos alunos de graduação e pós-graduação, exigindo-lhes uma adequação a essa nova cultura institucional, que exige da universidade pública uma lógica produtivista. Uma lógica em que artigos se tornam produtos para serem exibidos em destaque nas prateleiras individuais de produção, o Currículo Lattes, ao mesmo tempo em que os processos de ensino e aprendizagem são secundarizados e a universidade perde-se quanto aos seus propósitos formativos (Dourado, 2019).

*A minha maior dificuldade, o meu maior desafio, é publicar em A1 alto impacto. Aqui, por exemplo, para você ter um reconhecimento interno você tem que publicar alto impacto com fator de impacto acima de 3,5 (Juliano, 55 anos).*

Este enunciado é ilustrativo não apenas da dificuldade daqueles pesquisadores que mais publicam em Administração e que organizam sua atividade a partir de indicadores de produtividade, mas também dos que não conseguem publicar segundo os critérios dados e que se percebem excluídos do que é considerado fundamental.

Abaixo apresentamos o quadro 1, que apresenta didaticamente como ocorre o aumento gradativo das horas de dedicação do pesquisador ao trabalho, como resposta à intensificação do trabalho.

**Quadro 1:** Como o trabalho progressivamente invade tempos de não trabalho

Fases de aumento dos tempos de trabalho	Enunciados dos sujeitos de pesquisa
Redução das pausas intra-jornada	<i>Passei a almoçar aqui. No início da carreira eu trabalhava de 8 até 11h30, saía para almoçar, voltava as 14h, demora um pouco para retomar o ritmo. Descobri que a minha produção é melhor se almoço por aqui, esquento o almoço e volto para minha sala e já começo a trabalhar de novo (Vinícius, 34 anos).</i>
Extensão da jornada de trabalho nos dias de semana/ jornada de três turnos	<i>Meu expediente começa 8h30 da manhã, mais ou menos, a não ser que eu tenha aula um pouco mais cedo. E ele se entende em 3 turnos. Difícilmente saio antes das 22h (Juliano, 55 anos).</i>
Jornada invade eventualmente os finais de semana	<i>Trabalho sábado, domingo, não tenho dia. As vezes a revista me dá um período curto pra revisar, são muitas horas, o professor, para publicar, tem que se envolver muito (Ana Carolina, 63 anos).</i>
Jornada invade com frequência os finais de	<i>Todo mundo reclama! Trabalho de professor é</i>

semana e inclusive são escolhidos como dias para se dedicar em atividades que demandam maior concentração e menos interrupções.	<i>ingrato, você leva para casa um monte de coisas para fazer no fim de semana... minha lista aqui não tem fim. Estou tentando dar uma parada fim de semana, mas sempre trabalhei (Mariana, 61 anos).</i>  <i>Até trabalho mais fim de semana, não tem aluno me ligando, aula para dar, então eu tenho um foco maior (Alice, 59 anos).</i>
Férias são conciliadas com o trabalho ou utilizadas para trabalhar	<i>Eu trabalhei tanto na tese dessa orientanda. Eu deixei de pegar férias esse ano por causa dessa tese (Clarice, 49 anos)</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Nota-se, portanto, que a resposta ao incremento de demandas de trabalho costuma ser bastante padronizada entre os pesquisadores, com o aumento progressivo e significativo de horas dedicadas ao trabalho. Considere-se que o quadro é um esquema didático, e não necessariamente cada pesquisador passará por todas as fases apresentadas. Em resumo: para responder à intensificação de trabalho, aumentam-se as horas trabalhadas, nem que para isso as horas de descanso resumam-se ao mínimo para manter-se produzindo.

### Política de avaliação e subjetividade: o que caracteriza essa relação?

O quadro 2 demonstra concisamente as dimensões de análise já apresentadas ao longo dos subtópicos 4.1, 4.2 e 4.3. Notou-se que nos três eixos de análise o tempo restrito para dedicação às múltiplas demandas torna-se um fator que se relaciona diretamente com os posicionamentos adotados pelos pesquisadores.

Assim, o quadro relaciona as dimensões de análise, os principais pontos teóricos defendidos, os enunciados dos sujeitos da pesquisa e como cada dimensão se relaciona com o tempo e sua escassez, frente à intensificação do trabalho.

**Quadro 2:** Avaliação científica e subjetividade

Dimensões de análise	Pontos teóricos	Enunciados dos sujeitos da pesquisa	Relação com o tempo
Perda da dimensão coletiva da universidade como instância política de reflexão e decisão	Perde-se a dimensão coletiva de mobilização; momentos de troca entre os pesquisadores são vistos como perda de tempo, possivelmente pelo caráter administrativo (e não político) que assumem.	Eu tento participar o mínimo possível de reuniões. Reunião é assim, um absorvedor de tempo, um horror. Eu falo pras pessoas assim, a minha religião só permite 4 reuniões por ano. Então eu já esgotei (Mário Felipe, 59 anos).	- (re)Pensar a universidade coletivamente é “perda de tempo”;  - Foco individual/individualismo, otimização do tempo
Corrida cega para um fim que não é problematizado	A autonomia é fortemente controlada, ainda que invisível aos olhos do pesquisador; os fatores exógenos e	A gente vai absorvendo tudo isso que o sistema impôs meio que sem refletir. Talvez até pelo turbilhão de coisas para fazer, a gente	- Tomam-se atitudes pragmáticas frente à escassez do tempo (foco no

	influências subjugantes e coercitivas estão presentes na avaliação da pós-graduação.	não parou para refletir (Clarice, 49 anos).  A minha maior dificuldade, o meu maior desafio, é publicar em A1 alto impacto. Aqui, por exemplo, para você ter um reconhecimento interno você tem que publicar alto impacto com fator de impacto acima de 3,5 (Juliano, 55 anos)	fazer e não na reflexão);  - Toma-se a meta como dada, sem estar acompanhada exercício filosófico-reflexivo;  - adoção de um sentido padronizado, sem reflexão crítica.
Invisibilidade da intensificação do trabalho e negação de sua relação com os processos de saúde/doença	A intensificação do trabalho do pesquisador não parece estar sendo concretamente considerada, ainda que se sintam seus efeitos (cansaço extremo, fadiga, stress, ansiedade, depressão, entre outros.	Acho que não é só trabalho, é estilo de vida, é a personalidade... dizer que foi só o trabalho acho que não é correto, é um conjunto de coisas (...). É minha personalidade, eu levo muito a sério as coisas, me preocupo com as coisas, as pessoas que ficam muito preocupadas, elas ficam doentes. Pra mim esse equilíbrio não é fácil (Ana Carolina, 63 anos).	- Aumento do tempo de dedicação ao trabalho é naturalizado como resposta-padrão à intensificação do trabalho  - Individualização da dificuldade em lidar com a intensificação do trabalho e seus novos tempos impostos; relaciona-se dialeticamente com a dimensão 1 (perda da dimensão coletiva).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os três eixos de análise apresentados no quadro 2 são manifestações de diferentes expressões de um mesmo fenômeno. Em conjunto, os eixos expressam o grau de alienação a que chegou o trabalho científico. Ilustram como o fenômeno da alienação toma diferentes contornos, conforme o ângulo de análise. No campo da publicização científica, nota-se que o meio se converteu em fim, sendo que, diante da avaliação, a publicação da pesquisa torna-se mais meritória que sua própria concepção e desenvolvimento.

Esta configuração alimenta o desejo de pertença do pesquisador e direciona a produção acadêmica segundo este padrão de esforço individual. Em outras palavras, o padrão de pertença é incorporado como sistema de referência e assume a condição de desejo do professor, que assim reafirma seu lugar reificado em uma relação de trabalho que se apresenta estranhada e sem questionamento. O desejo de publicação em revistas internacionais de alto impacto é uníssono; os modos de alcançar, as estratégias adotadas variam, mas a entonação é a mesma. Cada pesquisador torna-se um empreendedor individual, com a responsabilidade de apresentar resultados consistentes, ano após ano, segundo uma métrica muito bem delimitada.

A relação entre a avaliação científica e a subjetividade do pesquisador é permeada, portanto, por um fenômeno que se caracteriza como uma relação de alienação, fruto do trabalho alienado. Para Viana:

alienação, assim, seria uma relação social específica, marcada pela direção de um ser humano sobre outro e o trabalho alienado é caracterizado pelo domínio do não-trabalhador sobre o trabalhador no processo de produção. Por conseguinte, a alienação não é um processo que ocorre no mundo da consciência, embora provoque efeitos sobre este, e sim uma relação social. (Viana, 2012, p. 28-29).

A discussão sobre a alienação se apresenta como condição elementar no favorecimento dos “mecanismos que ajudem no rápido processo da acumulação mundial do capital. Um desses mecanismos é exatamente a educação, com todos os seus desdobramentos nos ensinos fundamental, médio e superior, inclusive na pós-graduação” (Tourinho & Palha, 2014, p. 276).

Conforme Barros (2011, p. 229) “a alienação produzida no mundo do trabalho era o ventre materno de todas as alienações”. Esta é a questão exposta por Marx (2011/1857-1858, p. 253) quando afirma que o “trabalhador troca a atividade ponente de valor por um valor predeterminado, independentemente do resultado de sua atividade”. Assim, a alienação refere-se à não apropriação, pelo trabalhador, do resultado do seu trabalho. Da maneira simplificada, alienação significa que o resultado do trabalho não pertence ao seu produtor. Este conceito clama por outro, que é o de estranhamento, já que o resultado do trabalho não apenas não lhe pertence como lhe parece estranho.

Nas situações de alienação, “o mundo é visto pelo sujeito alienado não em um plano concreto, mas como uma fantasia que direciona a maneira de ser, de pensar e de agir dos sujeitos” (Faria, 2017, p. 388). Assim, o sujeito não compreende a realidade em sua complexidade e em seus movimentos contraditórios, sendo a mesma “naturalizada como sendo tal como parece ser, simplificada e destituída de sua história” (Faria, 2017, p. 388). Esse processo foi analisado de forma empírica na pesquisa de Magnin et. al. (2020), trazendo luz ao produtivismo alienado na pós-graduação, e por Benini et. al. (2020), que apresentam o processo de ampliação de acesso às tecnologias da educação a distância e sua respectiva fragmentação e alienação do trabalho.

No entanto, “a essência da alienação encontra-se não na consciência do trabalhador, mas nas condições objetivas” que transformam “o trabalho do homem numa força externa estranha” (Faria, 2017, p. 391). Para Faria (2017), o controle da subjetividade é uma forma sofisticada de alienação, que é, ao mesmo tempo, econômica, social, política e psicológica, objetiva e subjetiva. Há uma relação que encobre a aparente racionalidade presente na atuação do trabalhador. Ele se relaciona emocionalmente com o “papel” de trabalhador produtivo e competente, que não desperdiça recursos, que é capaz de colocar toda a sua energia a serviço da produção.

De fato, o sentimento de produtividade alimenta um tipo de necessidade subjetiva do trabalhador, além de favorecer a expectativa pelo reconhecimento. O trabalhador produtivo tende a ser reconhecido pela organização como um “modelo ideal”, encorajando os demais trabalhadores a seguir seu exemplo. Assim, em vez de questionar o modelo, o pesquisador-produtor o toma como meta, assumindo um compromisso com a produtividade. Evidenciando a contradição de ampliação do

aumento de produtividade e o descolamento da real motivação da produção (Magnin, 2020).

A toda prática dita objetiva corresponde uma subjetividade. Se há uma avaliação supostamente neutra, há uma subjetividade sendo produzida, que irá significá-la. A política de avaliação considera a subjetividade dos pesquisadores na sua elaboração, pois seduz e convoca o pesquisador a “jogar o jogo” do produtivismo. A alienação que não é só material, mas é também simbólica; não atua só no plano cognitivo, mas afetivo. Da mesma forma, a ideologia adotada orienta pensamentos, práticas, atitudes, posicionamentos, e inclusive o plano simbólico e imaginário experimentado pelo trabalhador. Tal fato é clarificado com o entendimento do labor enquanto lazer. No imaginário do trabalhador, o trabalhado não se tem intensificado, pois por vezes o próprio pesquisador não o considera trabalho: “é prazer”.

Ao mesmo tempo em que o discurso do produtivismo possui um embasamento lógico e racional, de que é necessário fomentar a publicação científica de um país, a sua eficácia e aderência estão amparadas por necessidades objetivas e subjetivas, não só racionais, mas também emocionais. De fato, as esferas objetivo/subjetivo, cognitivo/afetivo e simbólico/conceitual não podem ser concebidas separadamente, mas devem ser entendidas em sua própria dialética e contradição. Atividades que compõem do fazer do pesquisador admitem diferentes valores axiológicos, pois uma – publicação de artigo – influi mais no processo de avaliação que outras – preparar e ministrar aulas, orientar estudantes, organizar seminários, entre outros. Essa concepção valorativa influenciará em escolhas éticas feitas pelo pesquisador na organização do seu fazer e inclusive na institucionalização de regras no programa de pós-graduação ao qual está vinculado.

Para além do pesquisador, o conjunto de professores que compõe o programa de pós-graduação raramente problematiza o seu próprio objetivo, mas se organiza para o cumprimento das metas impostas pelas políticas de avaliação. Essas normas passam, então, a justificar e legitimar as práticas adotadas pelo programa, como, por exemplo, nos processos de credenciamento e descredenciamento de um pesquisador de acordo com sua produtividade, segundo critérios avaliativos que beneficiem o conceito do programa (Tourinho & Palha, 2014). Desta maneira, passam a vigorar, nos programas, normas que estabelecem escores mínimos de publicação para mestrandos e doutorandos e que atrelam essa produção à própria diplomação acadêmica, naturalizando esta relação. O conteúdo da produção não é avaliado de acordo com sua inserção social ou científica, mas de acordo com as regras formais que são aplicadas no preenchimento da plataforma de avaliação.

Nota-se ainda que a relação entre as dimensões de análise é dialética, ou seja, a alienação que caracteriza a relação entre a avaliação científica e a subjetividade é retroalimentada por cada um dos eixos presentes no quadro 2, nos quais a mediação crítica teórico-reflexiva não tem espaço (não há tempo!).

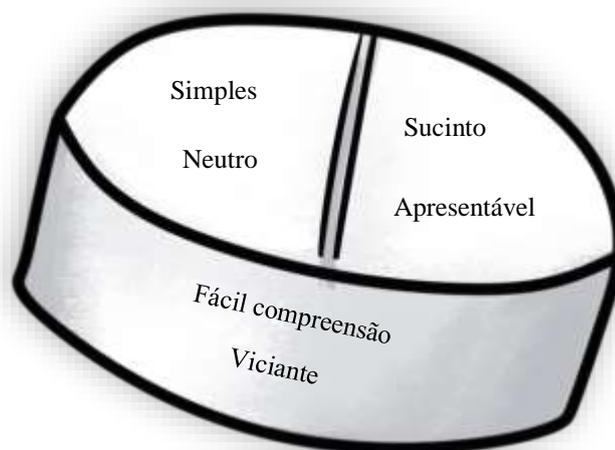
Nesse sentido, ao se analisar os resultados didaticamente condensados no quadro 2, nota-se que o sentido de publicar (atingir as metas avaliativas e a pontuação exigida) está desconectado do motivo (publicização de uma descoberta e possível melhoria das condições humanas, sociais e tecnológicas, por exemplo), ou seja, torna-se um fim em si mesmo. A análise bakhtiniana auxilia na constatação de uma ruptura, um desencontro, entre significado e sentido, que passam a ser ocupados por vozes monológicas – padronizantes – e que aniquilam a pluralidade que constitui, de fato, o fazer científico. Assim, esse labor torna-se provido de um sentido padronizado, alienado, e trabalha-se de modo automatizado, mecânico, com

um objetivo ditado por uma norma avaliativa. O artigo científico aparece como a forma fetichizada da produção científica, ou seja, fazer ciência é sintetizada ao seu produto, o qual passa a ser superdesejado. O próximo item apresenta, como condensação dos resultados desta análise, a configuração do que denominamos “artigo-comprimido”.

### Artigo-comprimido como síntese da relação de alienação: uma contribuição teórica

Conforme apresentado no subitem acima, a alienação que caracteriza (condensa) a relação entre a política avaliativa e a subjetividade do pesquisador. A publicação, desse modo, torna-se ao mesmo tempo uma resposta (no sentido bakhtiniano) e, portanto, uma antecipação pragmática a uma demanda avaliativa externa. Quando o fazer se torna pragmático, o pensamento e a ação formam uma unidade sem mediação teórico-reflexiva: “A gente vai absorvendo tudo isso que o sistema impôs meio que sem refletir”.

É essa, a publicação, a resposta pragmática monológica que se dirige à avaliação científica, como representado na figura 1. Note-se que a avaliação científica vigente sustenta uma concepção específica de fazer ciência. Essa ciência, por sua vez, preconiza uma forma bem delimitada de divulgação do conhecimento científico. Produzir, publicizar e avaliar formam, assim, um trio bem ordenado, pautado por valores a serem veiculados, reificados e desejados. Está dada a largada para a corrida pela publicação. Quem publica mais? Quem publica melhor? Importa é publicar: *publish or perish*. Mas, como esse modelo de publicação preconizado pela atual avaliação científica se relaciona com os valores sociais vigentes, que lhe conferem pungência e desejo?



**Figura 1:** Artigo-comprimido como síntese de uma produção científica alienante.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Esse conhecimento a ser publicizado possui algumas características espaço-temporais (cronotopo, na linguagem bakhtiniana) que lhe conferem especificidade: é efêmero, ou seja, tem uma validade exígua (se não publicado no curto prazo perde sua atualidade e relevância); é ultracompactado e deve ser comprimido no limite de caracteres de um artigo. Dessa maneira, a produção do conhecimento toma uma

forma comprimida específica, a do artigo, os quais são categorizados e contabilizados ao fim de cada ciclo avaliativo, determinando não só a suposta produtividade do pesquisador, como também o seu comprometimento com o fazer científico.

A partir dela, toda ordem de adjetivações subjetivas são atribuídas aos pesquisadores (e são inclusive autodirigidas, produzindo a sua própria subjetividade). Essas caracterizações tomam como base uma escala de referência, a única com status de verdade que se faz ouvir, a partir da qual se determina: a competência, as habilidades, o alcance de fazer científico do pesquisador, assim como o seu comprometimento, que estaria refletido na boa-vontade, flexibilidade e disponibilidade (disposição para dedicar o máximo de seu tempo ao labor).

Nesse sentido, a avaliação científica, em sua relação com a subjetividade do pesquisador público em Administração, monologiciza o que se pode conceber como produto do fazer científico, silenciando as outras possíveis concepções de ciência e publicização científica. Esse produto, a ser exibido na plataforma *Lattes* e nos rankings internos dos programas de pós-graduação, tem uma fórmula a ser respeitada, em sua concepção e apresentação. Permitimo-nos aqui fazer uma digressão a partir do trabalho de Humberto Ferraz, professor da USP da área farmacêutica, para posterior aprofundamento analítico, em são apresentadas as inúmeras vantagens do comprimido, as quais podem ser adaptadas para o campo da publicização científica:

Os comprimidos apresentam inúmeras vantagens, não só para a indústria (boa estabilidade físico-química; simplicidade e economia na preparação; boa apresentação; etc), como também para o paciente (precisão na dosagem, fácil administração; fácil manuseio; etc). Por estes e outros motivos, os comprimidos são considerados, hoje, a mais popular forma farmacêutica (Ferraz, 2020, p.1).

A partir dessas vantagens pautadas na restrição do tempo, na compressão de conteúdos, na economia e na facilidade, enunciados tão bem situados e referenciados na contemporaneidade, forjamos o conceito de artigo-comprimido: a fórmula da publicização deve ser: (i) sucinta, sintética, bem delimitada, coesa; (ii) transmitir valores de simplicidade e economia; (iii) possibilitar a fácil compreensão de seu conteúdo. Por fim, o artigo-comprimido deve ter (iv) boa apresentação e facilidade, favorecendo a leitura (ingestão) daquele que se proponha a absorvê-lo. A concepção/produção do artigo-comprimido deve concentrar todos os esforços (e o tempo) do pesquisador para que o produto final, o artigo comprimido, seja *digesto, simples e agradável* ao seu potencial apreciador (leitor), aos seus “outros”.

Seguindo a nossa incursão pelos elementos farmacológicos, para a produção dos comprimidos sólidos, se faz uma mistura de diferentes substâncias ativas, com adjuvantes para produzir volume e consistência. Ora, a fórmula do artigo-comprimido também carece de adjuvantes, ou seja, requer competências específicas para produzir o que se denomina (v) robustez e consistência, viabilizando a publicação em periódico A1 de alto impacto, como denuncia um dos pesquisadores (“minha maior dificuldade, meu maior desafio”).

Outra curiosidade que permite fomentar a nossa digressão analítica é a que os comprimidos revestidos passam intactos pelo tubo digestivo e só liberam suas substâncias no intestino. Ou seja, são biologicamente programados, passam por boa parte do sistema digestivo sem produzir nenhum efeito. Há, portanto, em seu

produto, um aspecto de (vi) invisibilidade, neutralidade e não-intervenção. No entanto, a produção e o consumo dos artigos-comprimidos produzem formas de subjetivação e avaliação bastante específicas. São artigos-comprimidos, *in facto*, e não apenas por analogia: seus efeitos são concretamente sentidos pelos pesquisadores (cansaço extremo, fadiga, stress), ainda que nem sempre os mesmos associem os sintomas ao exaustivo ciclo de produção e consumo desses comprimidos.

Há ainda uma última característica do artigo-comprimido: o seu (vii) caráter viciante. O vício se define como qualquer deformação que altere algo física ou funcionalmente. Ora, a relação avaliação-subjetividade produz efeitos em diferentes aspectos que podem ser agrupados, como vimos, como efeitos de um grau significativo de alienação. Mesmo para o pesquisador, cujas funções psicológicas superiores de consciência, atenção, pensamento e memória admitem primazia, a ação (o fazer, o labor) torna-se automatizada, sem a devida mediação teórico-reflexiva. No entanto, o vício, embora produza essas alterações, inclusive da percepção, da visão de si mesmo, de sua (não)produtividade e (in)competência, não assume o seu caráter ignóbil, isto é, permanece invisibilizado quanto aos seus efeitos. Assume-se como neutro, um mero produto, objetivo, a ser avaliado pela métrica avaliativa.

A própria dedicação ao trabalho muito além das horas contratadas, invadindo horários e dias de não-trabalho, evidenciam esse caráter viciante da publicização científica. Pois a conquista da publicação, para o cientista, revela não só sobre o seu trabalho, mas sobre ele mesmo, sobre sua capacidade intelectual, sobre quem ele é. Cabe ressaltar que os indicadores científicos são construídos assentados em premissas teóricas válidas para um determinado contexto social, o que significa que todo processo avaliativo implica valores (Davyt & Velho, 2000). Assim, a base para a elaboração de indicadores é formada por julgamentos subjetivos, mas isso não transparece no comprimido acadêmico receitado diária e indistintivamente a todos que ingressam na carreira acadêmica.

Com base nos resultados obtidos, pode-se ampliar o estudo dos efeitos das políticas de avaliação na área de Administração, que mostraram se caracterizar por relações de alienação, a partir de estudos que considerem a subjetividade e a voz dos pesquisadores. A alienação tem sido com frequência estudada enquanto conceito dado, descolada do estudo do concreto. Ao mesmo tempo, pesquisas que consideram a realidade e os sujeitos concretos nem sempre aprofundam os seus achados empíricos pelo exercício da mediação teórico-reflexiva, sendo que os resultados apresentam-se de modo descritivo, como meras arbitrariedades, sem serem postos em relação com as próprias relações sociais de alienação que caracterizam o modo de trabalho contemporâneo. Ao se confrontar os achados com a teoria e refinar as análises, pode-se contribuir para a compreensão de como a alienação se manifesta nas complexas relações de trabalho e pesquisa que caracterizam o campo científico atual.

## Conclusões

Produzir é sinônimo de publicar em periódicos com fator de impacto acima de um determinado valor. Livros e capítulos de livros são produções acessórias e pouco valorizadas em termos de pontuação. As orientações possuem valor relativo quando concluídas, sendo absolutamente irrelevante o processo de orientação. Atividades de participação em bancas, aulas ministradas, organização de encontros e

congressos, palestras e pareceres de artigos em revistas e congressos têm valor meramente nominal e quantitativo. As esferas do trabalho do pesquisador tais como participar de comissões administrativas, colegiados, preparação de aulas, correção de avaliações, comitês, entre outras, são tornadas invisíveis na avaliação. Assim, o próprio trabalho do pesquisador é fragmentado, dividido entre atividades secundárias e principais, tendo em vista a absoluta e mandatória necessidade de pontuar, de acordo com um fazer utilitarista. Nesse processo, o contato cotidiano com o aluno, com os pares, estar em sala de aula, é irrelevante para a imperiosa necessidade de publicação no modelo descrito como “artigo-comprimido”

Como, então, criar um espaço que permita pensar a produção acadêmica e científica como resultado do trabalho do professor-pesquisador e não a produção como atestado de competência formal segundo padrões exógenos, como atestado de obediência às normas, à falta de problematização, à impossibilidade de vislumbrar saídas, ao enfraquecimento da capacidade imaginativa, à fragilização da mobilização coletiva e sinal claro de sucumbência ao medo de não ser reconhecido pelos pares? Como pensar outras possibilidades de sentidos quando vigora um forte sentido monológico de ameaça de corte por suposta ‘incompetência’? Estas são questões que precisam ser profundamente investigadas.

Esta pesquisa se limitou a dialogar com um seleto número de pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação selecionados, não representativo do grupo de pesquisadores de IES públicas em Administração, mas ofereceu indicativos relevantes para novas investigações sobre a contradição entre a lógica do produtivismo acadêmico, a crítica ao produtivismo e suas consequências para os pesquisadores e a validação, pelos pesquisadores, da reprodução dos valores que sustentam tal produtivismo.

Ainda, a análise bakhtiniana adotada, por possibilitar trazer as vozes, as indagações e contradições dos pesquisadores ao texto, assenta uma ética, um eixo axiológico-valorativo do qual não se pode isentar o pesquisador. Ao mesmo tempo que constitui um diferencial, uma inovação aos Estudos Críticos em Administração, é também uma limitação do estudo, que prioriza a singularidade, a análise aprofundada, crítica e contextualizada, e que, portanto, não pode ser randomizado. Implica, portanto, uma outra visão do que é fazer ciência e comunicar pesquisas, sem silenciar ou transformar os interlocutores (co-criadores) em objetos a serem categorizados.

Assim, não apenas os resultados, mas a forma de condução da pesquisa, possui potenciais implicações para a prática de formuladores de políticas públicas, gestores e educadores, que incluem a integração dos sujeitos avaliados como formuladores, produtores, criadores de novas formas de se produzir e avaliar a ciência no país. Isto é, os pesquisadores não devem constituir objeto das políticas, ou sujeitos (assujeitados) a serem (supostamente) objetivamente geridos, mas devem integrar um grupo que se posicione diante dos efeitos colaterais que os tão desejados artigos-comprimidos têm produzido, para os próprios cientistas e para a sociedade como um todo, comprimindo, com sua prática reiterada e irrefletida, a própria concepção de ciência.

É fundamental apontar aspectos por vezes invisibilizados de como práticas vistas como normais, naturalizadas, podem ser perniciosas. É urgente analisar como os critérios de avaliação da pós-graduação estão se tornando parâmetros para a avaliação de todas as atividades de universidade (Faria & Walger, 2020). Ainda, é preciso demonstrar como as práticas cotidianas, as decisões internas aos programas, as normas de sua regulação, podem tanto contribuir para o reforço dos

aspectos perversos do produtivismo, como podem ser um espaço de reflexão e tomada de decisões que valorizem o pesquisador e que valorizem o exercício do pesquisar crítico, de modo que a pesquisa não se torne mais uma engrenagem de um sistema que trabalha a favor da alienação.

Garantir a autonomia da universidade passa a ser uma responsabilidade ética, o que implica repensar os parâmetros e critérios dos órgãos de avaliação e financiamento de pesquisa, para além dos ditames hegemônicos. É coletivamente que os intelectuais podem desenvolver estratégias para deixar de serem submetidos a um sistema impositivo de critérios gerais e obter o controle dos resultados de seu trabalho. No campo das organizações, na medida em que se tensiona a realidade, em que se reconhece o caráter intersubjetivo das avaliações, que são apresentadas como neutras e objetivas, abre-se espaço para o questionamento de práticas naturalizadas e para a sua contextualização histórica.

## Referências

- Alcadipani, R., & Rosa, A. R. (2010). O pesquisador como o outro: uma leitura póscolonial do “borat” brasileiro. *Revista de Administração de Empresas*, 50(4), 371-382. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000400003>
- Alvesson, M., & Einola, K. (2018). Excessive work regimes and functional stupidity. *German Journal of Human Resource Management*, 32(3–4), 283–296. <https://doi.org/10.1177/2397002218791410>
- Alvesson, M., & Karreman, D. (2011). Decolonizing discourse: Critical reflections on organizational discourse analysis. *Human Relations*, 64(9), 1121-1146. <https://doi.org/10.1177/0018726711408629>
- Amorim, M. (2002). Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 7-19.
- Amorim, M. (2004). *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa Editora.
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. (6ª ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Barros, J. D. A. (2011). O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo Social*, 23(1), 223-245. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100011>
- Benini, E. G., Fernandes, M. D., Petean, G. H., Penteado, R. C., & Magnin, L. S. L. T. (2020). Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00307>
- Bianchetti, L., & Valle, I. R. (2014). Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 22(82), 89-110. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000100005>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.

Dal Rosso, S. & Cardoso, A. C. M. (2015). Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas. *Sociedade e Estado*, 30(3), 631-650. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030003>

Davyt, A., & Velho, L. (2000). A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 7(1), 93-116. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000200005>

Domingues, E. (2013). Autoria em tempos de "produtivismo acadêmico". *Psicologia em Estudo*, 18(2), 195-198.

Dourado, L. F. (2019). Estado, Educação e Democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *Educação & Sociedade*, 40, 1-24. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>.

Faraco, C. A. (2009). *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial.

Faria, J. H. (2004).. *Economia política do poder*. (Vol. 1.) Curitiba: Juruá.

Faria, J. H. (2017). *Poder, Controle e Gestão*. Curitiba: Juruá.

Faria, J. H., & Ramos, C. L. (2014). Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 15(4), 47-74. <https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n4p47-74>

Faria, J. H., & Walger, C. S. (2020). O Lugar da Universidade Pública: referência social ou fator de desenvolvimento das forças produtivas? *Revista NUPEN*, 12(27). <https://doi.org/10.33871/nupem.2020.12.27.12-33>

Ferraz, H (2020). *Formas farmacêuticas sólidas: comprimidos e comprimidos revestidos* Recuperado em 28 set., 2021, de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3500709/mod\\_resource/content/0/Comprimidos%20e%20comprimidos%20revestidos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3500709/mod_resource/content/0/Comprimidos%20e%20comprimidos%20revestidos.pdf)

Freitas, J. A. R. N. (2013). *Trabalho do(c)ente: intensificação e adoecimento na pós-graduação*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Goldani, M. Z., & Silva, C.H.; Nascimento, L.F. & Blank, D. (2010). A questão da produção do conhecimento: desafios na gestão dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira De Pós-Graduação*, 7(12), 104-116. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2010.v7.183>

- Governo Brasileiro (2021). CAPES. *Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo*. Recuperado a partir de <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/administracao-publica-e-de-empresas-ciencias-contabeis-e-turismo>
- Guntner, A. V., & Kauffeld, S (2021). The co-construction of leadership in change-related interactions between leaders and followers. *Gr Interakt Org*, 52, 551–562. <https://doi.org/10.1007/s11612-021-00591-9>
- Guthey, E., Ferry, N. C., & Remke, R. (2021). Taking leadership fashions seriously as a vehicle for leadership learning. *Management Learning*. <https://doi.org/10.1177/13505076211009674>
- Hanafi, S. (2015). Sistemas universitários no Oriente Árabe: publicar globalmente e perecer localmente versus publicar localmente e perecer globalmente In: Pinheiro, C., Hollanda, B. & Maia, J. (Orgs.) *Ateliê do Pensamento Social: práticas e textualidades: pensando a pesquisa e a publicação em ciências sociais*. (Cap. 1, pp. 19-46) Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Kuenzer, A. Z., & Moraes, M. C. M. (2005). Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, 26(93), 1341-1362. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000400015>
- Lawrence, P. (2003). The politics of publication. *Nature*, 422, 259-261. <https://doi.org/10.1038/422259a>
- Magnin, L. S. L. T. (2020) *Trabalho intensificado, subjetividades controladas e alienação nas universidades federais: uma contribuição à análise das políticas de avaliação científica*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Magnin, L. S. L. T., Faria, J. H., Penteado, R. C., & Takahashi, A. R. W. (2020). Produtivismo na pós-graduação em administração: posicionamentos dos pesquisados brasileiros, estratégias de produção e desafios enfrentados. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 26(2), 265-299. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.284.95633>
- Magnin, L. S. L. T., & Pan, M. A. G. S. (2015). As políticas de educação continuada por competências: um estudo das configurações subjetivas do trabalhador público brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 18(2), 153-167. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v18i2p153-167>
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858*. (M., Duayer & N., Schneider, Trad.). São Paulo: Boitempo. (Obra original publicada em 1857-1858)
- Meis, L., Velloso, A., Lannes, D., Carmo, M. S., & Meis, C. (2003). The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. *Brazilian*

- Journal of Medical and Biological Research*, 36(9), 1135-1141.  
<https://doi.org/10.1590/S0100-879X2003000900001>
- Moulin, G., Sales, J., Machado, M., Brasileiro, R., Cabral, S., Bressan, V., & Silveira, F. (2020). Produção Científica e Sociedade: a Fronteira entre o Passado e o Futuro. *Gestão E Sociedade*, 14(37), 3439–3460.  
<https://doi.org/10.21171/ges.v14i37.3094>
- Palangana, I. C. (2002). *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. (2ª ed.) São Paulo: Summus Editorial.
- Paes, A. P. P. (2016). Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(1), 24-46.  
<https://doi.org/10.1590/1679-395131419>
- Pan, M. A. G. S., Rossler, J. H., Ferrarini, N. L., Valore, L. A., & Oliveira, S. M. (2011). Subjetividade: Um Diálogo Interdisciplinar. *Interação em Psicologia*, 15, 1-13. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i0.25365>
- Pedrini, A. G. (2005). *O cientista brasileiro é avaliado?* São Paulo: Rima Editora.
- Pimenta, B. F. F., Oliveira, A. M. B., Sousa, J. C., & Silva, P. M. M. A (2021). Relação entre a Prática Docente e a Síndrome de Burnout na Rede Pública de Ensino. *Revista de Gestão e Secretariado*, 12(1), 1-25.  
<https://doi.org/10.7769/gesec.v12i1.1151>
- Pina, J. A., & Stotz, E. N. (2014). Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 39(130), 150-160. <https://doi.org/10.1590/0303-7657000074913>
- Santos, E. L. (2017). O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(2), 209-228.  
<https://doi.org/10.1590/1679-395152841>
- Sguissardi, V., & Silva, J. R., Jr. (2009). *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtividade acadêmica*. São Paulo: Xamã.
- Silva, A. R. L. (2019). Um Pesquisador Ordinário: Entre Substantivos e Gerúndios na Polifonia dos Esquecidos. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 8(3), 41-60.
- Souza, S. J., & Albuquerque, E. D. P. (2012). A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 7(2), 109–122. <https://doi.org/10.1590/S2176-45732012000200008>
- Tourinho, M. M. & Palha, M. D. C. (2014). A Capes, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(2), 270-283.  
<https://doi.org/10.1590/1679-39519356>
- Viana, N. (2012). A alienação como relação social. *Revista Sapiência*, 1(2), 23-42.
- Volóchinov, V. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora 34.

<sup>1</sup> O estudo “Pesquisa no Brasil - Um relatório para a CAPES” (*Clarivate Analytics*), aponta que a produção científica brasileira é feita quase exclusivamente dentro das instituições públicas de ensino. Entre 2011 a 2016, foram produzidos 250 mil *papers* indexados na base *Web of Science*. Das 20 Universidades que mais produziram, 15 são federais e 5 estaduais (Di Cross, Thomson & Sinclair, 2017).

<sup>2</sup> A escolha do recorte desta pesquisa em relação às universidades públicas se deu em função de serem aquelas que oferecem condições de trabalho com estabilidade ao pesquisador. Em outros termos, o pesquisador não depende de seu desempenho na pós-graduação para manter seu vínculo empregatício.

<sup>3</sup> A escolha dos critérios baseou-se em um número que representasse publicação anual maior que quatro artigos (portanto, a partir de 13 no período), estando esses concentrados em algum dos anos. O corte mínimo e máximo de publicações foi definido em função do número máximo de entrevistados desejados (até 30 pesquisadores).

<sup>4</sup> Chama a atenção que certas autoridades governamentais argumentem que professores recebem salários para trabalhar por 40 horas semanais e ministrem apenas 8 ou 12 horas-aula por semana. Há, aqui, um desconhecimento do trabalho docente, não apenas com relação à carga horária mínima (e não, máxima) na atividade de ensino, mas principalmente no que diz respeito às atividades constitucionais indissociáveis (ensino, pesquisa e extensão). Estas autoridades revelam seu absoluto desconhecimento da atividade docente ao considerá-la como sendo equivalente às horas de aula ministradas.